

BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CAPACITAÇÃO DE ATORES PARA O USO DAS NOVAS FERRAMENTAS DE CONTROLE.

Janael da Silva Alves

Resumo

A população brasileira de origem multiétnica foi sendo constituída por exploradores, conquistadores, colonizadores e escravos. Por ser esta última a maioria, e que deu origem a uma massa de gente mais pobre e com poucos recursos tornada dependente das “benesses” dos primeiros, se faz importante confrontar a história da gestão brasileira para este povo bem como a participação dele na gestão pública. Marcada historicamente por uma cultura subserviente frente aos poderes constituídos, praticamente inexistiu ao longo de cinco séculos canais de participação e controle popular de gestão. Farei a confrontação desta evolução por meio de uma análise histórico descritiva. O Estado brasileiro em contínuo empoderamento assentado ao longo da história de sua formação sobre a lei e as armas, lastreou-se constituindo órgãos públicos que, pensados no modelo da colonização, se iam introvertendo e se fechando à participação popular, isto, aliado à crescente supressão da consciência coletiva, que alijou cada vez mais o indivíduo e a sociedade de serem inseridos na gestão da res pública. Em substituição às primeiras formas de governo, se viu surgir um precário sistema de representatividade política sem, contudo, modificar a lógica estabelecida historicamente, o de “engessamento” da gestão da coisa pública e sua regulação por órgãos oficiais do estado, numa verticalização excludente, estamento burocrático, FAORO (2001), e que atualmente se dá, ora pelo próprio órgão público prestador (auto-regulação e auto-gestão), ora por outros órgãos pertencentes ao estado, ou alinhados a ele (Controle externo). As mudanças na forma de governo e organização social não incluiu, ao contrário afastou e segregou limitando a participação popular a um grupo de indivíduos esclarecidos possuidores de acesso a informações e ferramentas específicas. Recentemente, a abertura de canais de participação popular direta no controle da gestão, como o Portal da Transparência ou a lei de Acesso a Informação, BRASIL (2007) não deixou de limitar o perfil de cidadãos que obteve voz por meio dessas novas ferramentas, também em virtude da histórica tradição de baixa participação popular pelos motivos até aqui expostos. Solicitar serviços por meio desses canais, ou por meio deles participar da gestão pública não incluiu a maioria dos cidadãos, que por vezes nem sabem da existência de tais mecanismos de controle e participação. Diante desta lacuna histórica na construção de um povo participativo, verifica-se que uma Formação para a Participação Popular deveria estar na base da estrutura curricular da educação brasileira, também a criação de novas ferramentas, bem como a motivação ao acesso e ao uso das ferramentas já existentes buscando um maior engajamento popular e, assim, uma legitimação histórica na gestão do estado e da coisa pública no Brasil.

Palavras-Chave: Gestão Participativa. Gestão Inclusiva. Gestão Pública. Controle de Gestão. Gestão Popular.

Referências

ABRUCIO, F. L. **Trajetória recente da gestão pública brasileira:** um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública - RAP 2007,

41.Consulta: 6 de abril de 2018. Disponível em
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016441005>> ISSN 0034-7612

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 14 abril 2018

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição, Globo, 2001.

OLIVEIRA, V. C. S; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 422-437, set 2010.